



**478ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC (Presencial)**

Reunião do CEPPC - Nº 478

Dia: 28.12.2023 (quinta-feira)

Horário: 9h30

Formato: Presencial

Local: Academia Pernambucana de Letras - APL

Pauta:

1. Continuação do Item 2 da Pauta do dia 21/12/23 (Requerimento de Registro da Caminhada de Osun de Camaragibe como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Pernambuco);
2. Apresentação do Edital Geral do Funcultura 2023/2024 - Superintendente do Funcultura - Joana Mendonça

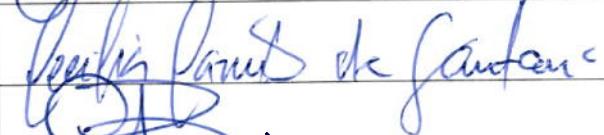
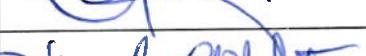
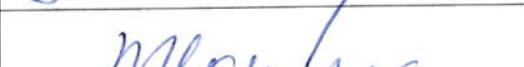
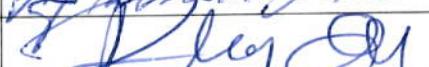
INFORMES

**CONSELHO ESTADUAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL**

Reunião Ordinária – Nº 478

Quinta-feira – 28/12/2023

Local: Academia Pernambucana de Letras  
Frequência dos Conselheiros Titulares

<b>NOME</b>	<b>ASSINATURA</b>
Ana de Fátima Braga Barbosa	
Augusto Ferrer de Castro Melo	
Cássio Raniere Ribeiro da Silva	
Cecília Canuto de Santana	
Claudia Regina de Farias Rodrigues	
Diomedes de Oliveira Neto	
George Félix Cabral de Souza	
Joana D'Arc Ribeiro de Souza Arruda Andrade	
Marcelo Casseb Continentino	
Margarida de Oliveira Cantarelli	
Martin Leandro E. Palacios Teixeira de Freitas	
Mônica Siqueira da Silva	
Reinaldo José Carneiro Leão	
Roberto José Marques Pereira	

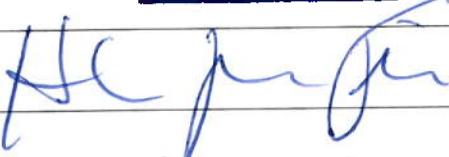
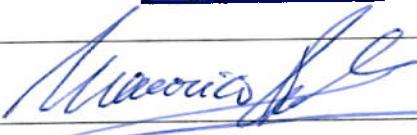
**CONSELHO ESTADUAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL**

Reunião Ordinária – Nº 478

Quinta-feira - 28/12/2023

Local: Academia Pernambucana de Letras

Frequência dos Conselheiros Suplentes

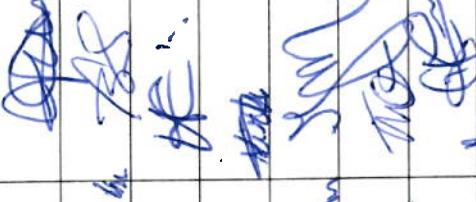
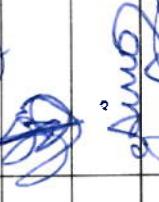
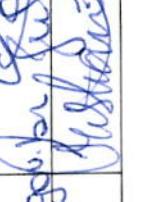
<b>NOME</b>	<b>ASSINATURA</b>
Albertina Otávia Lacerda Malta	<hr/>
Antiógenes Viana de Sena Júnior	<hr/>
Antônio Henrique da Silva Araújo	<hr/>
Célia Maria Médicis Maranhão de Queiroz Campos	
Cláudio Brandão de Oliveira	<hr/>
Claudia Pereira Pinto	<hr/>
Edmilson Cordeiro dos Santos	<hr/>
Gerson Victor Silva	<hr/>
Harlan de Albuquerque Gadêlha Filho	
Jocimar Gonçalves da Silva	<hr/>
M <sup>a</sup> Cláudia do B. de Paula F. Batista	<hr/>
Marcos Paulo Aurélio dos Santos	<hr/>
Maurício Barreto Pedrosa Filho	
Renata Duarte Borba	<hr/>

**Reunião Ordinária – Presencial – Nº 478**

Quinta-feira – 28/12/2023

Local: Academia Pernambucana de Letras

Visitantes

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL/TELEFONE	ASSINATURA
Joana manzona	Fundarpe / Fecultura	joanamanzona@uol.com.br	
Flávio Barbosa	Fundarpe / CGPPC	flavio.barbosa@fundarpe.pe.gov.br	
Hevy Nogueira	OTI / ONU	hevy.nogueira@un.org	
Gleydson V. da Silveira	MNU- PE / MPTC 99944-4495	gleydsonvitor@gnail.com	
Thiago Martins de Oliveira	MPTC / MNU - PE	thiago.martins.69@gnail.com	
Edvica Camara	MNU PE	edvica.camara.89@gnail.com	
Edmílio D. Túlio Júnior	MPTC - PE 986269626	edmilio.tulio.421@gnail.com	
Dimas V. dos S. Lima	COMÉSIBI-PE 999932377	dimasv2016@gnail.com	
Judílson Soárez	Secretaria de Fundarpe	judilson.soaarez@secretariafundarpe.pe.gov.br	
Gislane Henrique de Freitas	Museu de Arte Pernambucana	cmf.crisso@hotmail.com	

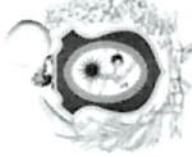
Avenida Oliveira Lima, 813 – Boa Vista – CEP 50050-390 – Recife/PE

Fone (81) 98494-2647

E-mail: conselhodepreservacao@gmail.com



**CEPPC**  
PERNAMBUCO  
COSMOLOGO ESTRELAR  
DE PRESERVAR DO  
ESTRUTURADO DA VIDA



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BUICO**  
ESTADO DE MUDANÇA

Secretaria  
de Cultura

# UNIDARPE

Reunião Ordinária - Presencial - Nº 478

Quinta-feira = 28/12/2023

Local: Academia Pernambucana de Letras

## Visitantes

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL/TELEFONE	ASSINATURA
Anderson de Souza	MANAN / IIA - Uni. Potiguar	/ NSB - PE (81) 995467797	

## 478ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC (Presencial)

No dia 28 de dezembro de 2023, de forma presencial, na Academia Pernambucana de Letras, situada na Av. Rui Barbosa, 1596 - Graças-PE, CEP: 52050-000, teve início à reunião às 10h da manhã, do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural (CEPPC). Considerando-se a ata 478, a reunião ocorreu em caráter ordinário com a presença dos seguintes Conselheiros (as) titulares, conforme lista de presença: **Ana de Fátima Braga Barbosa; Augusto Ferrer de Castro Melo; Cássio Raniere Ribeiro da Silva; Cecília Canuto de Santana; Claudia Regina de Farias Rodrigues; Diomedes de Oliveira Neto; Joana D'Arc Ribeiro de Souza Arruda Andrade; Marcelo Casseb Continentino; Martin Leandro E. Palacios Teixeira de Freitas; Margarida de Oliveira Cantarelli; Mônica Siqueira da Silva; Reinaldo José Carneiro Leão; Roberto José Marques Pereira.** Conselheiros (as) suplentes: **Célia Maria Médicis Maranhão de Queiroz Campos; Harlan de Albuquerque Gadêla Filho; Maurício Barreto Pedrosa Filho** – A Presidente **Claudia Rodrigues** deu início à reunião, saudou a todos e comunicou que as pautas seriam as seguintes: **Pauta 1. Continuação do Item 2 da pauta do dia 21/12/2023 (Requerimento de Registro da Caminhada de Osun de Camaragibe como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Pernambuco); Pauta 2. Apresentação do Edital Geral do Funcultura 2023/2024 – Superintendente do Funcultura – Joana Mendonça.** A reunião foi iniciada pela pauta número 1. Contudo, antes de começar as discussões das pautas a palavra foi passada a Conselheira **Margarida Cantarelli**: "Eu pedi uma questão de ordem antes de começar a retomar o assunto da última quinta-feira. Hoje é a última sessão do ano de 2023 e seria a última do segundo mandato de metade desse Conselho, se não tivesse havido a prorrogação em razão da pandemia. Por que estamos aqui Cássio, Cecília, Jane, Roberto, Reinaldo, eu e quem mais? Eu seria a sétima pessoa que vem desde dezembro de 2019, e outros que vieram se unir a nós por eleição ou até em substituição por morte. Durante esse quadriênio tivemos mudança de governo, falecimento de um conselheiro querido, Zé Luiz Mota Menezes, quatro secretários de Cultura, votamos quatro edições de Patrimônios Vivos, julgamos diversos processos de tombamento, de registro de patrimônio, lutamos pela preservação de bens culturais em risco, como os painéis de Lula Cardoso Ayres, por exemplo, propusemos alterações em normas vigentes, o caso da autoindicação, e algumas ainda estão em análise. Vínhamos convivendo com as nossas próprias percepções, com diferenças sim, mas com urbanidade, com trato respeitoso, com cordialidade, porque nos empenhávamos nisso e, também, como Conselheiros, nos equiparamos, na conduta, aos servidores públicos, que tem o seu código de ética. Assim, tivemos um saldo positivo na atuação e na convivência. Somos um colegiado com múltiplas competências, dentre tantas está a de julgar, e é da natureza dos órgãos plurais, enquanto julgadores, a exposição do entendimento de cada um e a sustentação de opiniões diversas. Por isso é preciso saber explanar e saber ouvir e, por consequência, de votos também diferentes. Mas cada voto deve ser fruto da convicção individual decorrente do pleno conhecimento da matéria a ser julgada, até o momento de proferi-lo. Quem vai julgar tem o direito de

**478<sup>a</sup> Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC  
(Presencial)**

conhecer o processo. Se assim não for, o voto, à semelhança do ato jurídico, poderá ficar eivado do que se chama, “vício de consentimento”, como também, até a proclamação do resultado, qualquer um pode modificar ou esclarecer o seu voto. Apesar das dificuldades, é bom que haja conselhos, senão cairemos nas decisões singulares, monocráticas, que tanto têm sido criticadas, por serem opinião de um só julgador. Hoje, lamento dizer, mas meu sentimento é de tristeza. Depois desses quatro anos de convivência semanal, por ter assistido na quinta-feira passada, uma cena, para mim, melancólica e inicialmente incompreensível. Sinto-me responsável pelo início do desentendimento que descambou para o tumulto, incompatível com uma sessão de um órgão colegiado, tão pior por ser um órgão de Cultura. Disse que o episódio foi inicialmente incompreensível para mim porque aquelas senhoras que chegaram alegremente, e da mesma forma foram recebidas, que prestaram depoimentos bonitos, cheios de significados e símbolos, respeitosamente ouvidos e aplaudidas, saíram indignadas, demonstrando insatisfação gritante e veladas ameaças. Não creio que tenha vindo aqui para fazer pressão, mas para celebrar uma vitória que supunham iminente. Além disso, no tumulto durante a sessão, houve acusações graves a Conselheiros: racismo, racismo institucional, e observe-se, se é institucional, atinge um órgão também, além de uma única pessoa, ou questionamentos quanto ao segmento ao qual pertence algum Conselheiro. O que já era conhecido pairou como admoestação, mas compreendi, porque me dei ao trabalho de ver as redes sociais, coisas que habitualmente não faço, e encontrei nota de repúdio contra a Presidente do Conselho, Cláudia Rodrigues, no contexto de afirmações grosseiras, chulas, seguidas de comentários desprovidos de nível. Infelizmente, as redes sociais admitem que cada um diga o que supõe e pensa ou comente o que não sabe o que é, atingindo a dignidade das pessoas. Como se dizia no passado, o papel aguentava tudo, hoje, parafraseando, as redes sociais aguentam tudo, mas o que me chamou atenção foi o teor do convite, que acompanha as notas das redes sociais e foram enviados a tais grupos pelo Conselho: ‘Pedido de Registro Caminhada de Osun. O Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural convida toda a comunidade para participar do pedido de Registro para Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco. Este é um desdobramento do inventário participativo dos bens culturais de Camaragibe’. Ora, as pessoas convidadas não receberam a explicação correta sobre o que seria o objeto da sessão ordinária e o seu procedimento. Elas chegaram aqui certas de que o pedido seria aceito, tal qual, posto que estava baseado no inventário participativo dos bens culturais e que retornariam a Camaragibe com a aceitação deferida. O que elas não sabiam é que, além de um pedido ser aprovado *Ipsis Litteris*, também pode ser modificado ou até negado. Elas não sabiam que os Conselheiros, pelo menos os que não participaram do inventário, não tinham conhecimento do seu teor. Elas também não sabiam que não havia um dossiê robusto sobre o assunto. Ninguém as esclareceu sobre esses aspectos, daí, é lógico, a indignação, como se nós estivéssemos criando problemas por discriminação. Ouvi muitas coisas que debito ao calor daquele momento, sérias, seríssimas, impensáveis acusações. Como todo

**478ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC  
(Presencial)**

ser humano, eu tenho muitos defeitos, mas de alguns não podem me acusar, porque pela minha idade tenho biografia. Quase todos vocês não eram nascidos e eu já era professora de direitos humanos, num período que nosso país não vivia o estado de direito, e do meu lugar de fala, que era a cátedra, a sala de aula, nunca deixei de ensinar a dignidade, o valor e a igualdade entre os seres humanos. Independentemente, como se dizia à época, de sexo, raça, religião, idade e outras possíveis causas de discriminação. Arguir racismo é acusar alguém de um crime, e é preciso ter muito cuidado para que não se inverta em denúncia caluniosa. Por tantos percalços, vou esclarecer, vou deixar bem claro o meu voto, até porque, em razão da convivência cordial, possa eu ter sido menos explícita em alguns pontos. Duas razões embasaram o meu voto: Primeiro, entendo que religiões, cultos, ritos, celebrações de matrizes africanas têm a maior importância, porque ao lado das religiões dos povos originários são nítida e completamente brasileiras. Se as segundas, já existiam entre os originários, as primeiras foram construídas com as referências a milhares e milhões de pessoas no Brasil, como ocorreu em outros locais no continente americano, que trouxeram para o novo mundo no processo de migração forçada, para serem escravizadas. Suas crenças tinham a força da resistência e da perpetuação das origens. Com influências da religião do colonizador, mesclaram-se, ressignificaram, construíram o que hoje pode ser considerado uma identidade brasileira. Isso as torna únicas, sempre evoluindo, e, permitam-me o neologismo, 'brasileirando-se', cada vez mais. A Caminhada de Osun surge e tem força multiplicadora entre as celebrações a Osun, numa região de Pernambuco e para além, isto foi bem verbalizado pelas convidadas, que ofereceram detalhes novos, simbólicos, como o caso da transmissão de cesta de oferendas. Um aspecto importante nas religiões é deixar os locais fechados, é o sair dos terreiros, dos templos, das igrejas, de onde mais puder, para tomar as ruas, exteriorizando-se, reunindo e identificando o povo que as vê com os que dela participam numa comunhão. Todas as religiões trazem em si a missão de expansão, difusão, solidariedade e acolhida, que são próprias da transcendência. A soma e a multiplicação são as operações que trazem o sentido religioso. O egoísmo, o querer só para si, o diminuir e dividir são opostos ao espírito religioso, que não se abepsinha com a inclusão, isto em todas as religiões. Valorizar o objeto deste registro, o alargamento destas celebrações, tornando uma rede que multiplicará a reiteração da prática, fortalecendo as raízes, especialmente por se tratar de uma manifestação recente, em construção, além de levarmos em conta que já desapareceram em África e estão reduzidas em outros países, como acontece em Cuba, onde eu visitei. O segundo ponto, de respeito ao pedido de registro para formar o processo necessário ao reconhecimento final, foi reiterado e dito que este é um desdobramento do inventário participativo dos bens culturais de Camaragibe. Quando ouvi a pauta da reunião passada, fui à internet e encontrei no site da Prefeitura de Camaragibe o referido inventário e o li por completo. Constatou-se que este tem concluída apenas a primeira fase e, com certeza, em razão disso, aparece tão pobre, paupérrimo. Trata-se mais de um cadastro dos bens a inventariar, o que caracteriza uma primeira fase de qualquer tipo de

## 478ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC (Presencial)

inventário, não só de bens culturais, porque inventário é uma prática muito antiga em diversos setores da economia, do direito, de todas as ciências. Sobre a Caminhada de Osun, não tem mais do que três páginas, o que deveria ser proposto nas conclusões do inventário, foi antecipado numa evidente pressa, não há um dossiê robusto que acompanha o dito inventário. Daí a explícita necessidade de alargar e aprofundar o bem a registrar, para não cairmos na superficialidade, apontando um objeto extremamente relevante. Foi assim que votei para valorizar a caminhada, eliminando as dificuldades que poderiam advir de um curto período de prática reiterada, com a soma das outras práticas existentes na região. Além disso, o nosso Conselho tem sido flexível, pois, tendo o requerente, relator, em nome do Conselho, para o próprio Conselho, participado ativamente do inventário, cujo nome consta no texto e foi realmente reafirmado durante a sessão, há um evidente conflito de interesses, e nenhum de nós arguiu esse conflito. Lamentavelmente, não houve a compreensão do gesto, nenhuma correlativa tensão, extrapolando os limites da boa convivência, e, quiçá, das normas inerentes aos servidores públicos. Concluo dizendo que o nosso Conselho, como um todo, e para nós sete, o quadriênio, termine 2023 triste, tristemente desunido. Muito obrigada". A Presidente **Claudia Rodrigues** fez um breve comentário e passou a palavra para o Conselheiro **Marcelo Casseb**, que disse: "Bom dia a todos e a todas, conselheiros, conselheiras, convidados e convidadas. Professora, realmente suas palavras disseram muito do que foi o meu sentimento, desde há uma semana, quando participando desta sessão aqui do Conselho, eu tive uma ingrata surpresa de como se deu esse desfecho. Fiquei preocupado e quero em primeiro lugar me solidarizar com a Conselheira **Ana Barbosa**, porque eu me vi na situação dela quando fez alguns questionamentos para esclarecer melhor o que ela queria entender sobre o pedido em questão e prontamente foi questionada em termos, que eu entendo, totalmente inadequados. Este Conselho e a senhora falou muito bem, é um órgão colegiado e está no primeiro artigo do nosso Regimento, que é de gestão democrática, e gestão democrática significa que, ele comporta uma diversidade de pessoas, representativa dos mais diversos segmentos sociais para, justamente, com base no entendimento, com base na multiplicidade de visões, chegarmos a decisões melhor tomadas. A ideia do Conselho é uma ideia que, na sua essência, tenta se traduzir no que é uma democracia. A base da democracia, no meu ver, está no respeito, na consideração do outro. Vi também, e isso me desagradou e me chateou bastante, a falta de respeito que se teve não só com a Conselheira, como com a Presidente do Conselho, que diversas vezes foi interrompida na sua fala. Democracia significa respeitar, eu posso discordar do conteúdo, e ninguém aqui estava discordando do conteúdo de ninguém, mas apenas querendo manifestar pontos de vista em prol do melhor entendimento. E isso também me preocupa, porque no dia que eu quiser questionar qualquer outra discussão que haja, será que eu vou ser acusado de uma prática que eu jamais vi presente aqui neste Conselho? Eu achei extremamente grave o fato de sermos, porque aí foi todo o Conselho acusado, não foi só a Conselheira a, b, c ou d, mas o Conselho foi acusado da prática de racismo. C

**478ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC  
(Presencial)**

Conselho que tem na sua história, apreciação, deferimento de diversos pedidos que se relacionam com os bens culturais das mais diversas tribos, que nós temos no nosso Estado, é extremamente democrático, basta ver o registro do patrimônio vivo, a diversidade que está presente em outros registros de bens culturais. Então, isso para mim, foi muito grave. Eu também sou professor de Direito Constitucional, ensino o que é democracia, ensino o que é respeito, o que é tolerância e foi tudo o que eu não vi aqui na semana passada, me lembro que nós, como Conselheiros, somos agentes públicos, servidores públicos, exercemos uma função pública aqui, e como tal, nós estamos submetidos aos deveres funcionais de todo e qualquer servidor público, e isso faltou, faltou urbanidade aqui, faltou o respeito a cada um, o respeito ao direito de voz de quem estava com a voz. Acho, inclusive, que se nós pegarmos essa ata e encaminharmos à Secretaria de Cultura, para as providências cabíveis, pode ser que isso tenha um desdobramento. Acho que deveria, talvez, ser um desdobramento esse: encaminhar a ata da sessão passada para fins de apuração de eventuais irregularidades na conduta de alguns Conselheiros que desrespeitaram e chegaram, como a Professora destacou aqui, a afirmar que outros Conselheiros teriam incorrido numa prática que é criminosa, inclusive, acusar alguém de racismo é acusar alguém da prática de um crime, e isso é inconcebível em um ambiente plural, diverso e democrático como este. E como vinha sendo desenvolvida a discussão, num ambiente totalmente plural, amistoso, harmônico. Não aconteceu até determinado momento, nada que jamais tivesse acontecido aqui no Conselho. Perguntas, respostas, pontos de vistas, quantas vezes discordamos aqui? Já saí 'vencido' em várias deliberações, já saí 'vencedor' em várias deliberações e todo mundo, e isso nunca alterou o bom caminhar dos trabalhos do Conselho. Isso é democracia, isso é gestão democrática da cultura e da política cultural do Estado, e isso não aconteceu aqui na semana passada. O outro ponto, e aqui isso pode ser também uma questão de ordem, é que, dada a desordem que se instalou no calor da emoção, eu me lembro que defendi até o final o direito do pedido de vista da Presidente. Visões regimentalistas, açodadas, disseram que não poderia haver esse direito de vista, e ainda hoje eu digo que pode haver. Na minha visão, pode haver, porque todo mundo tem o direito de aprofundar e saber o que está julgando. Naquele momento, ficou muito claro para mim, durante o que teria sido a contagem dos votos, que havia votos divergentes. Eu mesmo votei em conformidade com o voto da professora Margarida, voto esse que se consolidou, a partir das manifestações ocorridas pelas representantes, aqui, do movimento que, como a Professora também já destacou, trouxe outras luzes e informações para nós. A manifestação de Célia, representando aqui, mostrou o caminho que esse pedido vai atravessar e que, no próprio caminho, ainda que haja divergências entre o que foi pedido e o que está sendo investigado, pode haver adequações no curso. Então, fiquei muito tranquilo com esse tipo de voto. Fiquei muito impressionado com o que representa a caminhada de Oxum. Acho que é um bem cultural importantíssimo para o estado. O voto, como foi dado pela professora, ao qual eu aderi e reitero a minha adesão agora, é um voto que tem essa

**478ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC  
(Presencial)**

sensibilidade de reconhecer, mas tem também a responsabilidade de perceber que é algo maior que estamos aqui discutindo e, portanto, tem que ser aprofundado e ampliado. Naquela votação, achei que se perdeu esse procedimento e houve votos aqui que não estavam refletindo exatamente o que estava em questão. A Presidente pediu o pedido de vista e houve aqui um dilema quanto a esse aspecto. Isso era, no mínimo, um gesto de respeito e razoabilidade. Como foi dito, nunca fomos literalistas no Regimento, até porque, se fôssemos, vários julgamentos aqui deveriam ser anulados. Vários procedimentos aqui poderiam ser questionados porque, no fundo, isso está na própria legislação, prevalece o entendimento harmônico adotado em cada uma das sessões. O consenso é o que nos ajuda a construir e colaborar com o processo de construção da Política Cultural do Estado. Quando isso se perdeu na semana passada, abriu-se um flanco que, a meu ver, trouxe muita intransquilidade para o futuro do Conselho. Nós temos que ter a liberdade de poder discordar porque isso é democracia também, e não só achar que a democracia existe quando a opinião do outro está de acordo com o que eu penso. Aí, não é democracia, tem outro nome. Não vi essa definição maior de democracia aqui na semana passada e fiquei muito preocupado, por isso, dou essa sugestão de a gente avaliar se é o caso de fazer um encaminhamento para fins de apurar a regularidade da conduta dos Conselheiros, encaminhando, se for o caso, o áudio porque esse lugar deve ser um espaço de liberdade, livre de discussão de ideias, valores e culturas, e na semana passada esse direito maior, a essência do conselho, foi cerceada por conta de condutas e questionamentos que extrapolaram. O segundo ponto que quero reiterar é que, para haver essa votação, é preciso que se esclareça o que estamos votando. Tem um pedido, tem um voto divergente, houve abstenção, pode ser que haja votos contrários. Então, precisamos esclarecer isso e ter muita tranquilidade e clareza sobre esse aspecto, porque é assim que votam os órgãos colegiados, com transparência e tranquilidade. O que houve ali foi um açodamento para que se votasse de qualquer jeito naquela sessão. Esse tipo de procedimento não conheço, não concordo com ele e acho, por princípio, inconstitucional". A Presidente **Claudia Rodrigues** reiterou a ordem de fala e passou a palavra para o Conselheiro **Cassio Ranieri**: "Obrigado, Presidente. Bom, estou nesse colegiado há quase quatro anos e tive a alegria de presidir esta casa e, também, de ser Vice-Presidente. Na época, assim que cheguei, dividi a mesa diretora com Gilberto Freyre Neto, e já cheguei a dividir essa mesa com Marcelo Canuto, por pouquíssimo tempo, com a Professora Doutora Margarida Cantarelli, e, por último, antes de passar o bastão, com o senhor Oscar Paes Barreto, que estava Secretário de Cultura do Estado. É fato que, nas falas que me antecederam, foi muito bem colocado: nunca antes havíamos chegado a uma reunião tão calorosa como a que nós tivemos na última semana. Acho que encontrar um culpado para isso é difícil, uma vez que, como foi colocado aqui, se há uma acusação, se há um problema, esse é um problema do Conselho. Então, para um problema institucional, resolve-se de maneira institucional. Essa instituição surge, nasce, exatamente para ser um braço forte do governo no que tange à participação social. Portanto, lá em 2014, quando

**478ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC  
(Presencial)**

o governador, à época, fez a divisão do antigo Conselho Estadual de Cultura, surge então um Conselho de Preservação com a missão, como herdeiro do antigo Conselho Estadual de Cultura, fundado pelo antropólogo e sociólogo Gilberto Freyre. Estou fazendo essa premissa porque, sempre que temos pessoas convidadas, pessoas que não entendem exatamente o rito da casa, eu sempre tive o zelo de apresentar as pessoas, os processos e mostrar a elas como as coisas acontecem. Por exemplo, uma coisa que acho que pode ficar para as próximas reuniões: levantar a mão em votação não aparece em áudio. Então, tem coisas que o áudio não capta. Talvez, se voltássemos àquele antigo processo em que cada um fala o seu voto e justifica, isso ficaria registrado em ata. Tampouco uma edição de áudio exatamente vai dizer o que se passou naquela reunião, porque uma ata é uma edição e, como toda edição, precisa suprimir alguns pontos, senão, é um trabalho hercúleo, impossível de ser realizado, sobretudo com a equipe enxuta que o governo destina para assessorar a casa. Mas isso não é de agora. Eu repito: é desde o tempo em que os mais antigos aqui fazem parte deste conselho. Bom, dito isso, gostaria de dizer que me estranhou muito, na reunião passada, alguns conselheiros desta casa, por exemplo, não entenderem o que se estava votando. Não entendi se pelo atraso na chegada à reunião, ou se por puro desconhecimento ou falta de leitura do regramento das legislações que competem a esta casa, exercício que faço desde 2020. Não tenho muita dificuldade de entender exatamente quando as coisas estão dentro do regramento e quando não estão. Mas aí, como foi colocado anteriormente, há uma flexibilidade nesse regramento. Então, se há um pacto entre nós de que há essa flexibilidade, precisamos entender até onde essa flexibilidade vai, a quem ela atinge diretamente, em que momento ela é acionada ou não. Acho que esses aspectos, que são mais subjetivos, precisam ser observados. Talvez isso fuja aos nossos olhos, por conta da própria dinâmica de trabalho. É fato que cada mesa diretora tem o seu *modus operandi*. E agora estamos com essa novíssima mesa diretora e, no meu entendimento, víhamos andando bem, mas a última reunião foi fatídica. Acho que, se for para dar prosseguimento e encaminhamento ao áudio da reunião, deve-se também levar em consideração as pessoas que testemunharam os fatos ocorridos pós-reunião. Por exemplo, eu fiquei com os fazedores de cultura do lado de fora, acalmando-os, porque eles estavam realmente sem entender o que estava acontecendo e, ao mesmo tempo, entendendo várias outras coisas que aos olhos do colegiado não estavam aparentes. Então, se o processo é democrático, precisamos realmente ouvir todas as partes e saber o que houve nesta sala após finalizada a reunião, quais foram os procedimentos, o que foi dito, a quem foi dito, como foi dito. A partir daí, sim, fazemos uma apuração completa para entender qual foi a posição da liderança e qual foi a posição das demais pessoas. De antemão, o que me chamou a atenção na reunião passada foi a quebra do nosso Regimento. O pedido de vistas feito após se iniciar uma matéria não é possível, e, para mim, isso foi feito de maneira deliberada. Ainda houve o pedido de suspensão, sem que a maioria simples das pessoas concordassem com isso, o que pareceu para as pessoas uma forma de lidar com o sistema democrático de maneira autoritária. Fora isso, tentei

## 478ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC (Presencial)

contato com as pessoas depois da reunião: silêncio. Outros Conselheiros tentaram contato com a mesa diretora: mais silêncio. Um silêncio ensurdecedor ou talvez até sepulcral. Diante do que estou colocando aqui, gostaria de dizer que, na minha fala, quando falo do racismo institucional, gostaria, antes de tudo, de recuperar o que Florestan Fernandes diz. Esse é um tema que se tornou delicado. Esse é um tema que, diante dessa miscigenação romantizada freiriana, fez parecer que está tudo bem, tudo resolvido, e não está. Sabemos que as estruturas desse país ainda repercutem formas e modelos de racismo e não podemos entender, como eu não me entendo, fora disso. Quer dizer, não há uma acusação de "você foi racista", há uma forma de dizer que a estrutura social na qual estamos montados é racista e sofre mais quem tem a pele escura, mais escura, e quem tem o cabelo crespo, quem é da periferia, de quem as portas muitas vezes nem se abrem. As oportunidades nem aparecem. As pessoas não sabem nem para onde ir muitas vezes, porque o sistema já impele essa participação e visibilidade da população negra. Então, falo com propriedade. Podemos falar de democracia, mas, para falar de racismo, gostaria, já que estamos falando também de democracia, que o colegiado concedesse a palavra às pessoas que aqui se disponibilizaram a estar presentes, pessoas que são da comunidade de terreiro, pessoas que representam o bem que foi objeto da última reunião, pessoas das quais eu pude dizer do que se tratava o bem. Elas sabiam exatamente o que estava acontecendo naquele dia, que era um requerimento para pedido do registro. A caminhada de Oxum surge como bem, como referência cultural, a partir de um inventário participativo de Camaragibe, que, aos olhos da academia e da intelectualidade, pode parecer algo ainda incipiente. Mas eu, que estive e fiz parte do inventário, que passei ao longo de um ano me reunindo com as pessoas na Biblioteca Penharol, que caminhei com as pessoas para fazer o registro dos bens, posso garantir que o impacto que aquele inventário teve na vida das pessoas é substancial e muitas vezes maior do que o próprio braço que o Estado tem para lidar com patrimônio cultural. As pessoas, no inventário de patrimônio de Camaragibe, foram donas das suas histórias. Não foi a história dos MacDowell, não foi a história dos Menezes, não foi a história de Branca Dias, não foi a história de Maria Amazonas que surgiu. Foi a história das pessoas de baixo, dos operários da fábrica, das pessoas que fazem o boi, que fazem o caboclinho, que fazem a festa, que fazem verdadeiramente essas estruturas estarem onde estão hoje. É como essas cadeiras que estão aqui postas: quem foi que as esculpiu, quem foi que costurou a nossa roupa, quem foi que ajeitou o nosso cabelo? Então, é esse povo que, a partir do inventário de Camaragibe, se apropriou e produziu do seu jeito. Não teve antropólogo ou sociólogo que dissesse: faça assim. "Não, faça do seu jeito, é importante". Isso é educação patrimonial. Aos olhos dos intelectuais, pode parecer tenro, mas para você é uma forma de se apropriar da sua realidade, é uma forma de você passar para os outros aquilo que você fez, aquilo que você construiu. Assim, não quero me alongar, mas quero dizer que tenho muito orgulho de fazer parte ainda do Inventário de Camaragibe. Por mim, vou participar de outros e mais outros processos, mesmo que, aos olhos dos outros, seja incipiente, porque

**478ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC  
(Presencial)**

o que quero mesmo é garantir que os meus tenham o direito e possam ter acesso, assim como, por exemplo, meus pais não tiveram. Se eles me deram acesso, eu também, sempre que estiver nas instituições, estarei pelos meus. Muito obrigado.”. A Presidente **Claudia Rodrigues** agradeceu a Cássio Raniere e em seguida passou a palavra para Joana D’arc que desejou um bom dia e disse: “Eu vou logo direto, prefiro ser bem direta. Tem coisas aqui que eu vi e concordo, e coisas que eu discordo. Eu concordo, sim, que somos um colegiado, que vivemos numa democracia, e que tentamos a cada dia firmar isso mesmo na prática, essa palavra democracia. Entendi, desde o início, que se tratava de um requerimento e que ainda não era a votação para que fosse intitulado o Patrimônio Imaterial de Pernambuco. Então, aí sim, eu entendo que por isso ainda não tinha a robustez do que seria e do que é essa caminhada. A fala de Margarida foi muito feliz nesse sentido, de fato, ao ter esse dossiê com bem ‘sustância’, porque isso fica nos autos, nos processos, e é até um resgate da própria história de matriz africana nossa, de Pernambuco. Mas eu queria falar justo da votação, porque todos que estavam aqui sabem, se eu estiver falando diferente, podem interrogar aos que não sabem o que aconteceu: até a votação, estava tudo ok, e a gente teve uma votação. A presidente perguntou quem era favorável e aqui a maioria dos que estão aqui levantaram a mão. Concordo quando o Cássio fala que, quando está no áudio, ninguém vê a mão, porque é áudio, não é visão. Quiçá, se tivesse uma câmera e a gente também pudesse ter os registros em vídeos. Então, se teve uma votação, e aí eu também não tenho problema em dizer: estamos realmente num coletivo, numa democracia, e no respeito, também precisamos dizer coisas que às vezes as pessoas não vão gostar. Então, do meu ponto de vista, houve sim um erro da presidência quando era muito simples seguir o que está no Regimento. E se éramos quatorze, tivemos treze votos favoráveis e uma abstenção. Isso aconteceu aqui, isso foi um fato, gente. Agora, a partir do momento que teve a pessoa que se absteve, que está no seu direito, isso eu entendo perfeitamente, está no direito, não tinha entendido, passou inclusive do tempo de argumentar, porque antes da votação foi aberta a fala e vários de nós aqui falamos, tiramos dúvidas. Então, houve um momento da fala em que você pode pedir explicação, pode pedir vista, pode pedir o que tivesse direito. Mas, encerrado isso, teve a votação, na votação, era simplesmente contagem de votos e uma abstenção. Só que não foi assim que aconteceu, e aí por isso levou a todo o que aconteceu. Eu não vou repetir aqui, quem estava aqui viu. Então, realmente foram cenas horíveis, lamentáveis e tudo mais. Mas eu afirmo isso, também. Com todo respeito ao Casseb, mas eu discordo quando ele fala essa coisa de que a pessoa tem... claro que tem o direito, mas todo esse direito foi dado. Foi dado direito da fala, teve a votação. Na hora de contar, por ter uma pessoa que se absteve, teve tudo aquilo que aconteceu. Inclusive, a pessoa que votou a favor foi quem pediu vistas, porque poderia ter sido justamente a pessoa que se absteve. Então, minha gente, nada pessoal com ninguém aqui, de forma alguma, mas esses são os fatos. E que fique registrados os fatos como de fato aconteceram. Se eu estiver falando alguma coisa diferente, vocês me digam. Então, depois, as pessoas ficaram sem saber em quem votar

## 478ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC (Presencial)

porque disseram: “Não, a gente não vai votar porque já houve votação.” Joana Então, com todo respeito, viu Claudia, do meu ponto de vista, foi um erro. E que, também acho que a pessoa deve ser humilde e dizer: ‘O erro foi meu, eu errei’, pronto. Então, a partir daí, mas não podemos omitir que houve esse erro, do meu ponto de vista. Essa é a minha visão. Então, é isso que eu queria falar aqui. Obrigada.” A Presidente **Claudia Rodrigues**, após a fala de **Joana D'arc**, deu as instruções sobre o procedimento para poder ocorrer a fala de suplentes e buscou todos os titulares presentes, para poder liberar a palavra para **Harlan Gadelha**, e como todos os conselheiros não estavam presentes naquele momento, a palavra foi passada para **Cecília Canuto** que saudou a todos e disse: “Eu acho que aqui ninguém é vítima nesse processo. Falei isso aqui após a reunião. Fiquei muito preocupada com as vítimas. Nós estamos, como Casseb bem falou, Margarida, num processo democrático, e a democracia é para todos, diante da Constituição, diante do regimento interno. E eu vi até uma reunião muito agradável, inclusive de debate. Margarida deu encaminhamentos, Célia Campos, como Gerente de Preservação, também acolheu os encaminhamentos. Decidimos inclusive aqui, por entender que era a única caminhada de Oxum do estado de Pernambuco, fazer denominar a “Caminhada de Oxum”. Eu acho que não houve nenhum problema em reunião. O problema todo foi gerado após a reunião. Falei aqui que, muitas vezes, Claudia, o processo é muito árduo e a gente identifica qual é o nível de dificuldade daqueles que detêm o mínimo de poder vai nos dar o que queremos na vida. Desculpa, mas ter alguém de sua família, alguém dos seus amigos que seja LGBT ou negro não te faz menos racista. Esse é o entendimento que a gente tem que ser, inclusive, antirracista. Porque até comentei com uma pessoa que, por eu ser jovem, eu preciso entender esses processos e entendi na ‘paulada’. Sabe onde? Na Confraria do Rosário, onde a gente rodou com a prefeitura de Olinda à época, e a mediação foi feita exclusivamente por pessoas da Prefeitura, jamais ouvida a Confraria do Rosário. Sabe o que aconteceu com a tradição? O que está acontecendo: todos os velhos morreram. Existem agora os novos junto com outras irmandades, mas a do Rosário é específica e muito mais importante, porque o Rosário entrou em Olinda e construiu cada pedrinha que existe ali. Hoje, as pessoas contam as histórias dos dominantes. É válido, mas nunca se houve aqui nesse conselho um pedido de registro para os povos de matriz africana. Morro da Conceição não precisou de dossiê. A festa de São Lourenço da Mata não precisou de dossiê. Gente, isso é um pedido, um requerimento que contém uma nota técnica da Fundarpe. Nessas duas frases já se entende a pertinência do pedido. Pode não ser importante para todos, mas se entende a pertinência. Qual é a dúvida? Infelizmente, quando houve essa dúvida, que era um direito natural da Conselheira Ana de Fátima, de se abster, houve o descumprimento do regimento interno, e nós nos assustamos. Porque, diante desse grande acordo, nunca houve um descumprimento tão indeliberado como houve. Teve uma votação muito difícil nesse Conselho, mas nem precisava ser, que ali deveria ter sido resolvido na semana passada. O painel que saiu aqui da Dantas Barreto, foi para o Santander Boa Viagem, e a maioria, incluindo a sociedade civil, foi contra,



10

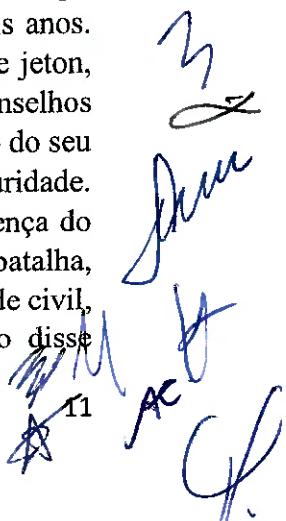


## 478ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC (Presencial)

junto com vários órgãos, como a própria Fundação Joaquim Nabuco. Todo mundo pedindo que não fosse, mas houve uma articulação muito maior e, naturalmente, seguiu. A gente entendeu que éramos minoria, venceu o poder do voto, a democracia. Agora, uma minoria conseguir desbancar o regimento de forma indevida? Depois da reunião, não quero nem falar, porque eu até saí. A gente sempre sai e volta, sentimos muita saudade, nos encontramos uma vez só por semana. Então, quando chega aqui, no início da reunião, às vezes tem um café, muitas vezes oferecido pela anfitriã Margarida Cantarelli. Depois, a gente volta para a sala, vai lá fora de novo. Quando eu voltei, era o caos, o caos. Nunca houve uma situação como essa, dirigida, orquestrada pela Presidência do Conselho. Eu fiquei muito irritada, machucada, com vergonha do que conseguimos oferecer para os convidados, inclusive para nós próprios. Sempre tivemos uma relação extremamente respeitosa e harmoniosa neste conselho. Então, hoje, acho que deveríamos agir com franqueza, com o Regimento, temos uma pauta posterior, deve ser suspenso o pedido de vistas e consumar a votação que houve na semana passada. Sem mais, obrigada". A Presidente **Claudia Rodrigues** retomou a palavra e abriu votação para saber se os suplentes poderiam ter direito a fala, não havendo nenhum voto contrário, ela passou a palavra para o Conselheiro Suplente **Harlan Gadelha** que disse: "Aprendi na vida muitas coisas com Dom Hélder Câmara, com quem convivi na ditadura. Uma das frases, quem conheceu Dom Hélder, quem le Dom Hélder, tem a oportunidade de entender o que dizia aquele profeta. Está aqui uma das frases dele para a gente refletir: "Se você diverge de mim, não é meu inimigo, você me completa." Não gosto de adjetivos para democracia; não gosto daqueles que defendem democracia relativa. Não existe democracia relativa, nem absoluta, existe democracia. Ouvi minha amiga Margarida Cantarelli, ouvi meu amigo Casseb, ouvi Cássio, Jane e Cecília. É preciso ter maturidade na vida. Eu digo sempre, em várias palestras que fiz e que faço: "eu amadureci no carbureto". Tenho ficha lá no DOPS no início da minha vida estudantil, porque era filho do subversivo, cassado pela ditadura e com o mesmo nome, Harlan Gadelha. Não vim aqui para aprender democracia, eu sei o que é a democracia e sei o que é a ditadura. Então é preciso, Presidente Cláudia, que a gente se apazigue. Não tem, Casseb, nenhuma possibilidade jurídica de que atas do Conselho sejam encaminhadas à Secult. Nós não somos subordinados à Secult, nós somos um órgão vinculado à Secult. Então, não vamos aqui estabelecer uma inquisição, isso já passou, já passou. Temos aqui há quase dois anos. Estou aqui como suplente e venho desde a primeira reunião. Não venho atrás de jeton, venho para aprender com vocês. Venho aqui para aprender como fui à Casa dos Conselhos e me admirei, me encantei com o trabalho que fazem George e Ana Rita, pagando do seu bolso curso de caligrafia. E aí? Cadê o reconhecimento? Então, vamos ter maturidade. Maturidade não é ter idade avançada, não; maturidade é saber respeitar a diferença do próximo. Vamos acalmar o Conselho, não vamos transformar isso aqui numa batalha, não. São quatorze conselheiros titulares, são quatorze suplentes. Tem aí a sociedade civil, aqui, representada com os convidados presentes. Vamos acalmar isso. Como disse



11



## 478ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC (Presencial)

Margarida, rede social não vai nos engrandecer. O que vai nos engrandecer aqui hoje é a gente votar e encaminhar o registro. E aí, aquilo que a gente discute não são os 13 anos de existência, não; a caminhada deve existir desde a fundação do Engenho. Estou lendo e estou aprendendo com o livro de Jacques Ribemboim, do Engenho Camaragibe, de Branca Dias. Os escravos faziam escondidos, apanhando. Eu sou da Zona da Mata, eu sei o que é ser da Zona da Mata, eu sei o que é ser trabalhador cortador de cana porque fui advogado e apoiado pelos sindicatos rurais durante muitos anos. Eu sei o que é a cor da pele ser diferente, eu sei. Eu sei, porque tenho discurso meu na constituinte contra o Apartheid, escrito contra o Apartheid. Vou trazer inclusive o livrinho que consta esse discurso. Então, não estou aqui atrás de voto porque ninguém aqui vota em Goiânia. O que estou aqui é exercendo a minha consciência de um cidadão democrata. Vamos apaziguar o Conselho, vamos deixar as diferenças e vamos nos unir no principal. A gente não pode repetir para elas e eles que estão aqui o desencontro da semana passada. Como dizia Dom Hélder, vamos fazer uma grande ciranda. Hoje, depois da sessão, vamos dar as mãos e nos confraternizar com o pessoal. É isso que eu quero pedir a vocês.” A Presidente **Claudia Rodrigues** agradeceu e em seguida passou a palavra para a Conselheira **Ana Barbosa** que comentou “Obrigada, Claudia, vou falar rapidamente. Escutei, novamente, e vou repetir minhas palavras da semana passada: escutei atentamente a todos e todas e vou usar o direito de fala, concedido pelo Regimento. Como já foi declarado aqui, Profa Margarida, Cecília, quanto às posições de voto da semana passada, vou manter o meu questionamento porque não recebi resposta, vou manter a minha fala de que, para mim, não é tá claro e nesse período não tive acesso a nenhum material que tivesse algo diferente em relação ao que foi apresentado já foi apresentado, então, por esse motivo mantendo a minha abstenção. E quero esclarecer que, embora tenha sido falado sobre o silêncio da semana passada, no mesmo dia da reunião, à noite, conversamos eu e Cássio. O período natalino requer dedicação à família, e assim eu o fiz, e ontem de manhã, as mensagens que eu tinha, eu retornei. Não há obrigação de se responder mensagem de aplicativo de texto instantaneamente. Finalizo dizendo ‘não julguem as outras pessoas, respeitem as pessoas com suas individualidades, porque ninguém é igual’, e citando Nelson Rodrigues, ‘a unanimidade é burra’. Finalizo com essas palavras e com meu voto de abstenção”. A palavra voltou para a Presidente **Claudia Rodrigues**, que informou “queria dizer que estou aberta a qualquer esclarecimento em relação à reunião passada, não tenho nenhum problema em assumir se errei. Errei muito, já, e faço questão que seja esclarecido tudo que houve. Se for necessário que eu peça desculpas, peço já, por qualquer erro. Só esclarecendo, não houve autorização de pedido de vistas, o que houve foi uma suspensão. Então devemos voltar ao momento onde já estava todo mundo votando, portanto, não abrirei uma nova votação. Por isso não teremos votando os conselheiros que não estavam na reunião passada, só os que estavam presentes. Professor Roberto, Mônica, perdoe-me por isso. Ser presidente é muito difícil, de acordo com a situação a gente vai vendo, a gente vem preparado para isso e, às vezes,



12



AC  
G.

**478ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC  
(Presencial)**

a gente não é preparado para algumas situações que nunca vivenciou, realmente acusação de racismo, eu nunca tinha passado por isso, não tenho preparo para argumentar, ao contrário, nunca tive o que dizer.” e voltou ao ponto em que estava na semana passada, pedindo “levantem as mãos, eu acredito que vocês não podem ser forçados a votar diferente ou igual. Fiquem à vontade. Ana já declarou a sua abstenção, não é isso?” e concedeu a fala ao Conselheiro **Diomedes de Oliveira** que foi o primeiro a votar, votou favorável ao pedido e comentou “fiquei muito mal com a situação, só faltou chorar, porque é uma situação de muitas injustiças, é uma pauta muito sensível, a cultura afrodescendente, que há muita injustiça, que é muito perseguida, silenciada. É claro que a gente tem que prezar pela democracia e pela igualdade, mas às vezes a equidade também é necessária, porque existe uma diferença entre igualdade e equidade. A igualdade diz que todos nós somos iguais perante a lei, mas a equidade surge para tentar suprir alguns desfalques historicamente dessa igualdade. As oportunidades nem sempre são para todos, por isso existem as cotas nas universidades e eu sou a favor, nos concursos públicos. Quem sabe um dia a gente consiga superar essas diferenças. Ainda hoje não é possível tratar dessa pauta de igualdade, sabendo que há tantas disparidades e diferenças. Quando a gente chega com uma pauta como essa, ela é mais sensível e vejo que houve sensibilidade do Conselho. O que aconteceu foi um desandar no final foi uma falha de comunicação. Eu defendo o pedido. Gostei do que Célia sugeriu, concordo com o que ela disse: ‘se, a princípio, para algumas pessoas a caminhada não tem relevância, o inventário, depois, vai resolver’. O requerimento não precisa ser uma coisa aprofundada. Esse pedido teve o respaldo da Fundarpe. O pedido de registro é só um pedido, a gente não está votando se vai ser registrado, quem vai dar o parecer é a Fundarpe. Ela pode ser favorável ou não. E o Conselho, depois, pode decidir se é favorável ou não. Vamos dar continuidade, vamos seguir. Se tem questões pessoais, vamos tentar resolver, cada um por si. Foi uma situação, desagradável, que espero, a gente possa superar e seguir da maneira mais técnica possível, em prol da diversidade, da inclusão, porque é isso que tem, sempre, sido feito aqui. Eu sou favorável ao pedido.” A Presidente, com a palavra, lembra que tem o item 2 da pauta e receia que não haverá tempo para todos falarem. Em seguida, concede a palavra aos conselheiros Monica e professor Roberto que não votarão. A Conselheira **Monica Siqueira** deu bom dia a todos e todas e continuou “eu acho que é um bom dia, mesmo, porque aqui é um colegiado e se as coisas acontecem, não pode ser levado para o lado pessoal; é um debate de ideias. Eu não estava aqui e sou a conselheira de patrimônio imaterial e estou no meu segundo mandato. Lamentavelmente eu não estava aqui na última reunião, e não poderia deixar de fazer a minha observação. Eu sou favorável à abertura do registro, que foi falado quando estivemos em Camaragibe, quando saiu essa proposta, inclusive era para Diomedes fazer a relatoria, quem ia fazer esse pedido. E desde lá, quando eu vi 2010, levantei o questionamento ‘será que não tem outras mais relevantes que essa e que poderia ser ampliado para todas as Caminhadas de Oxum?’. Eu levantei esse questionamento, mas sempre fui favorável. Tanto é que a



13



## 478ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC (Presencial)

Fundarpe falou que vai ter desdobramento e é bom que se encontre mais caminhadas. Realmente me preocupei com a questão de data da Caminhada, mas a matriz afro vem com todo um histórico, bem amplo. Temos essa dúvida e tem de ser falado aqui, mesmo e não fora porque as pessoas dão o voto aqui e ficam difamando lá fora, porque é o nosso posicionamento e isso eu discordo, porque respeito o voto de todos aqui, onde há o debate de ideias. Não vou votar, mas se votasse seria favorável. Adorei o posicionamento de Margarida. O Conselho teve um momento mau, mas vamos superar e seguir ... tem umas que a gente ganha e outras a gente perde. Então, já foi votado e agora é o encaminhamento para a Fundarpe. Isso é uma abertura e esse pedido vai voltar para esse Conselho e se ele, mais na frente, tiver um posicionamento positivo ou negativo, é decisão do Conselho, não é conosco (01:18:00). A lei pede a documentação para a abertura e se não tiver não pode abrir, mas se cumpriu, deve seguir. Defendo o voto de abstenção de Ana. Se ela não teve segurança, ela tem de dizer aqui e não, lá fora. Cláudia, você se equivocou na questão de pedir vistas, mas é humano. Cláudia, você, como Presidente conduziu 'legal', tem bom diálogo com todos nós, já divergi demais e vou continuar divergindo, mas é salutar". A Presidente agradeceu e passou a palavra para **Roberto Pereira** que disse "não poderia deixar de externar minha solidariedade à sua pessoa, como Presidente, louvando todo o seu espírito democrático de vivência e convivência com este colegiado. A minha irrestrita solidariedade à Conselheira Ana Barbosa, contra o que foi 'disparado' de uma forma, na minha opinião, de nervosismo, talvez, mas cometendo um crime de lesa-conselho, porque atingindo a ela, atinge o colegiado que é completamente, pelo que eu testemunhei nesse período, completamente afeito à democracia, ao respeito das individualidades. Respeitar, admirar e me aliar ao depoimento da Professora Margarida Cantarelli, Conselheira, também do Conselheiro Marcelo Casseb, que trouxeram, senão lições de democracia, mas ensinamentos que precisam ser aperfeiçoados a cada dia, a cada instante, a cada momento. Quando se fala em cor de pele, é intolerável para mim falar isso. Somos todos humanos, filhos de Deus, temos cabeça, tronco e membros, e assim convivemos. Este foi o meu dogma, o tempo todo, na minha trajetória de homem público. Sempre respeitei e admirei a cultura afrodescendente. Meu voto não é meu, foi um voto de qualidade, dado por Célia Campos com muito brilhantismo." Após isso, a Presidente deixa claro "o que nós estamos votando é se o Conselho é o requerente do pedido para abertura do processo de registro da Caminhada de Oxum, então eu gostaria que levantassem a mão os conselheiros que estiveram presentes na reunião passada e estão de acordo com esse requerimento. Votaram a favor o Conselheiro Cássio, Cecília, Palácios, Diomedes, Augusto, Jane, a Professora Margarida, Célia, Reinaldo, Maurício, Casseb e Claudia Rodrigues. Não foi por unanimidade, porque temos uma abstenção. Com isso a gente termina a pauta 1. Obrigada pela presença de todos". A Presidente Cláudia abre espaço para comentários que são feitos por: Amanda de Souza, Tiago Cafuzo, Gilmar Camará, Cristiane Freitas e Ainoan. Falam sobre a reunião passada, onde ocorreu uma confusão inesperada, dão e recebem pedidos de desculpas, respectivamente e ao mesmo tempo deixam seus

## 478ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC (Presencial)

agradecimentos aos presentes que fortificaram suas causas. A Presidente **Claudia Rodrigues** retomou a fala, finalizou a primeira pauta e deu prosseguimento à reunião; passando a palavra para **Joana Mendonça**, superintendente do Funcultura, que iniciou a segunda pauta e falou que estava feliz em poder apresentar o Edital Geral da Funcultura para o Conselho de Preservação antes de sua publicação. Comentou que estava satisfeita por estar presente naquela reunião, considerando o momento de grande aprendizado para todos os envolvidos. Chamou **Flávio Barbosa**, da Gerência de Preservação da Fundarpe, para falar um pouco sobre o Edital Geral que seria lançado nos próximos dias. Os projetos aprovados pelas macrorregiões e RDS de Patrimônio foram com os seguintes números: um total de 28, sendo 20 na Região Metropolitana, 1 no Sertão, 1 no Agreste e 6 na Zona da Mata. Os valores aprovados por macrorregião foram: 23 mil no Sertão, 56 mil no Agreste, 571 mil na Zona da Mata e 1 milhão 965 mil na Região Metropolitana. As reuniões das escutas por região remotas aconteceram de segunda a sexta, de 25 a 29 de setembro. Também disponibilizaram, durante 10 dias (do dia 20 ao dia 29 de setembro), um link nas redes sociais da Fundarpe para receber sugestões de melhorias por escrito. Ajustar o valor dos editais, simplificar a linguagem, realizar capacitações e divulgar o calendário de pagamento foram as principais demandas obtidas, e foi isso que tiveram como norte e diretriz para melhorias dos editais 23/24. Em Patrimônio, houve o remanejamento de valores entre categorias, tendo em vista o melhor aproveitamento dos recursos, de acordo com análise realizada nos três últimos editais. Foram remanejados 75 mil da categoria 01 (festivais, mostras e festejos) para a categoria 04 (produtos e conteúdo) e a categoria 08 (pesquisas culturais, inventários, pesquisas ou planos para o patrimônio cultural e material). Na categoria 01, que inicialmente tinha um valor de 575 mil, ficaram 500 mil. Embora essa categoria tenha perdido 75 mil, esse valor foi redistribuído para outras categorias que não estavam sendo acessadas. Então, o valor da categoria foi mantido, com projetos de até 250 mil. Esse nível continua mantido, e o que não estava sendo acessado foi distribuído em categorias que terão uma melhor utilização do recurso. **Flávio Barbosa** apresentou o Edital Geral do Funcultura antes de sua publicação para o Conselho de Preservação. Ele falou sobre os projetos aprovados pelas macrorregiões e RDS de Patrimônio, os valores aprovados por macrorregião, as reuniões das escutas por região remotas e as principais demandas obtidas. Também mencionou o remanejamento de valores entre categorias em patrimônio e o valor da categoria mantido. Discutiu a simplificação da linguagem dos editais, a padronização dos tópicos em todos os editais, a inclusão de impedimentos e motivos de exclusão, a criação de um novo anexo com a lista de documentação para projetos aprovados e a validação de endereço na atualização do CPC. Além disso, mencionou que os projetos de até 60 mil, serão de parcela única, não haverá solicitação de registro de domicílio nos editais, e haverá a exigência de que pelo menos 50% da execução do projeto ocorra nas regiões. **Claudia Rodrigues** agradeceu e passou a palavra para **Joana D'Arc** que parabenizou a apresentação e enfatizou que, no Funcultura se aprende muito, pois é necessário lidar com

15

**478ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC  
(Presencial)**

diversos editais. Admitiu que, embora tivesse cometido muitos erros, isso fazia parte do aprendizado. Disse que tinha pouco tempo no conselho, que finalizaria em março, mas fez um apelo para que os conselheiros não deixassem de participar de ações específicas, mesmo sendo conselheiros. Sugeriu que a formação deveria ocorrer meses antes da abertura do edital, pois as capacitações de dois ou três dias nas cidades eram apenas um despertar inicial e não proporcionavam tempo suficiente para desenvolver um projeto completo. Mencionou que o inventário já estava pronto e que alguns processos necessitavam do estudo de inventário. Propôs que o setor de patrimônio da Fundarpe trabalhasse junto para identificar o que faltava nos estudos de inventário para que os processos pudessem avançar. Sugeriu que, nos próximos editais, fosse incentivada a submissão de inventários de projetos específicos, pois isso aumentaria as chances de sucesso e ajudaria quem estivesse escrevendo os projetos a ter um horizonte claro do que seria necessário. **Flávio Barbosa** disse que já propôs alterações na redação de algumas categorias, incluindo a categoria de pesquisa que abrange o item de inventário. Explicou que as exigências do próprio IPHAN para o registro de bens de natureza imaterial também se alteraram ao longo do tempo, como a não obrigatoriedade de cumprir a metodologia do IPHAN. Com base nisso, mencionou que poderiam ser feitas adaptações para comportar essas diferenças e incluir outros tipos de pesquisas além das que seguem a metodologia tradicional de inventário. Destacou que realizaram estudos para viabilizar e melhorar o processo, resultando em melhorias e revisões nas exigências. **Joana D'Arc** comentou sobre a importância da estrutura do edital da Lei Paulo Gustavo em Pernambuco, que teve 12 editais. Sugeriu que, futuramente, o Funcultura poderia seguir esse exemplo, criando editais mais específicos para diferentes áreas, como circo e dança, para facilitar o acesso de interessados. Destacou que, após 10 anos, conseguiu aprovar uma exposição que será ampliada no Vale do Siriji, abrangendo três cidades e complementada por engenhos ainda preservados. Expressou sua felicidade por finalmente poder mostrar os bens edificados na categoria de engenhos de açúcar na área rural. **Claudia Rodrigues** passou a palavra para **Diomedes Oliveira** que agradeceu a presença de Joana e Flávio, destacando o papel de ambos na gerência da Funcultura. Mencionou o compromisso da comissão especial do Funcultura, conforme anunciado no Diário Oficial, e observou que a gestão atual iria até março. Comentou que, embora tivessem tentado apresentar uma proposta de edital independente antes do término da gestão, não houve tempo suficiente, mas que ainda tinham 90 dias para finalizar essa proposta. Sugeriu marcar uma conversa com Flávio para discutir as linhas e categorias mais procuradas, expressando otimismo em realizar essa tarefa. Diomedes ressaltou a importância do edital independente e mencionou que, embora não fosse possível aumentar o valor para um edital independente imediatamente, haveria a possibilidade de aumentar o teto dos níveis de algumas categorias no futuro. Destacou que isso era especialmente importante para o patrimônio material, que tem um limite de 250.000 reais por nível, e que esse valor é insuficiente para certas obras. Diomedes também mencionou a contribuição do

**478ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC  
(Presencial)**

Funcultura para processos de registro e perguntou a Flávio e Célia se essa questão estava sendo considerada na parte de tombamento. Sugeriu que o Funcultura poderia ser parceiro nesse processo, facilitando projetos de restauro bem elaborados, como o exemplo do Hospital Pedro II. Respondendo Diomedes, **Célia Campos** afirmou que a pesquisa, elaborada pelo Funcultura ou não, sendo estruturada, poderia servir como base para um exame técnico. Ela destacou a importância de chamar a atenção para essa possibilidade durante a formação, pois muitas vezes a pesquisa é negligenciada em comparação com outros projetos, possivelmente devido ao valor mais baixo destinado a ela. Célia concluiu mencionando que este seria um desafio para a próxima formação. **Claudia Rodrigues**, retomou a fala e relatou que a reunião avançou e foram definidas as seguintes datas para as reuniões de janeiro: Os temas para as reuniões serão sobre os Painéis, o Edital do Funcultura, o Regimento e a Lei do Tombamento 7970; ficou decidido pelo recesso de 15 dias e as reuniões de janeiro dia 16, tratar da Lei 7970; dia 18 a reunião presencial sobre os Painéis; dia 23 uma virtual, para a proposta de apresentação do Edital do Patrimônio; dia 25 o Regimento, presencial. Com isso são feitas as últimas considerações e é efetuado o encerramento da reunião. Claudia Regina de Farias Rodrigues e eu Amanda Oliveira de Araújo Carneiro, Secretária, lavrei a presente ata, que depois de achada conforme, será assinada por mim e pelos (as) demais presentes na reunião.

Amanda Oliveira de Araújo Carneiro (Secretária)

Ana de Fátima Braga Barbosa

Augusto Ferrer de Castro Melo

---

Cássio Raniere Ribeiro da Silva

**478ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC  
(Presencial)**

---

Cecília Canuto de Santana

Claudia Regina de Farias Rodrigues

Diomedes de Oliveira Melo

Joana D'arc Ribeiro de Souza Arruda Andrade

Marcelo Casseb Continentino

Margarida de Oliveira Cantarelli

Martin Leandro Emmanuel Palacios Teixeira de Freitas

---

Mônica Siqueira da Silva

**478<sup>a</sup> Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC  
(Presencial)**

Reinaldo José Carneiro Leão

---

Roberto José Marques Pereira

Célia Maria Médicis Maranhão de Queiroz Campos

Harlan de Albuquerque Gadêlha Filho

Mauricio Barreto Pedrosa Filho

19